

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Jailton Alves de Oliveira
E-mail: jailton.oliveira@ufes.br
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Submetido: 18/05/2020

Aprovado: 07/07/2020

Publicado: 01/06/2021

doi 10.20396/rho.v21i00.8659698

e-Location: e021026

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

OLIVEIRA, J. A. de. Forma escolar: uma máquina civilizatória. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-7, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8659698.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659698>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GONDRA, J. G. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

FORMA ESCOLAR: UMA MÁQUINA CILIZATÓRIA



Jailton Alves de Oliveira*

Universidade Federal do Espírito Santo

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



Neste interessante exercício de resenhar um livro, que inclui uma ação reflexiva, o texto intenta resgatar traços do trabalho intitulado “A emergência da Escola”, escrito pelo professor titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, José Gonçalves Gondra, publicado no segundo semestre do ano de 2018.

Trata-se de um trabalho de fôlego, cujas reflexões tiveram o seu *gênesis* aproximadamente dez anos antes da sua publicação. Constitui-se, portanto, um empreendimento interessante para retomar necessárias reflexões a respeito da história de nossa educação e as contribuições de um intelectual engajado na causa educacional brasileira.

A capa retrata a aula de respiração em uma escola do Rio de Janeiro oitocentista. A apresentação é de Diana Gonçalves Vidal, professora titular em História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), que encaminha as etapas do trabalho. Ademais, na orelha do livro há nota da professora Luiza Margareth Rago, professora titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Em alguns capítulos, Gondra conta com a parceria de outros autores e outras autoras de instituições diversas, particularmente localizadas na região Sudeste do País, como a própria UERJ, USP e UFMG. Não por acaso, a bibliografia acabou por se tornar um manancial de experiências e estudos à disposição de estudantes, professores e demais profissionais da área.

O tempo-espaço imbrica-se com momentos de tensões existentes no Brasil da segunda metade do século XIX, muito particularmente as que permearam a cidade do Rio de Janeiro. De forma mais abrangente, a segunda metade desse período foi marcada por profundas transformações de várias ordens, como social, política, cultural, econômica, entre outras, conforme salienta o professor e historiador Ilmar Mattos (1987).

O trabalho foi dividido em cinco momentos. No primeiro, à guisa de introdução, o autor se ocupa em explicar o “governo das multidões”. Neste, nos é apresentado o encaminhamento do trabalho, como problema central, hipóteses, teoria, método, objeto, justificativa e demais encaminhamentos teórico-metodológicos. O problema central está em entender como, no período em questão, a instrução se tornou estratégia civilizatória e a escola uma máquina de civilizar. Para tanto, objetiva saber se a forma escolar foi um ponto importante nos planos da construção dessa nação nos trópicos. Para mais, procura saber se, auxiliada pelas elites imperiais, essa forma escolar foi utilizada como dispositivo para governar, moralizar e civilizar determinados grupos e, no limite, se ajudou a promover a obediência desses; se contribuiu para impor limites e/ou reordenar comportamentos.

A fim de operar em um contexto teórico-metodológico, o trabalho se apóia na noção de governo dos vivos - relações desiguais entre poder e dominação, política, guerra e seus sujeitos -, proposta por Michel Foucault (1997 *apud* GONDRA, 2018). Ou seja, o professor entende que a forma escolar contribuiu para adestramento, controle, produção de comportamentos ditos desejáveis pelas elites imperiais e, nesse caminho, a considera

dispositivo importante sobre as técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos seres vivos.

Para dar conta dessas e outras questões, as fontes privilegiadas imbricam-se a três reformas da educação dos Oitocentos, a saber: Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo (20/2/1848), Regulamento da Instituição Primária da Província do Rio de Janeiro (12/12/1849) e Regulamento Municipal da Corte (17/2/1854). Todas articuladas sob a gestão de Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886) que, além de advogado, político, deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, foi conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil de 1867 a 1886. Fontes tratadas como discursos intencionais, ou seja, que tiveram objetivos de instituição de uma espécie de “máquina de governo” (GONDRA, 2018, p. 63). Para tanto, a leitura desses textos legais não significaria a compreensão da norma. Para tal empreitada, procurou os caminhos da “desnaturalização” dos documentos e, assim, entendê-los como resultados de relações de força e não como algo pronto, acabado, rígido, dado.

As hipóteses: os resultados da intervenção dessas reformas produziram profissionalização da instrução, impuseram regras e permanências de alunos e professores; redefiniram os saberes escolares, ao mesmo tempo em que uma rede de vigilância e controle sobre sujeitos e organização escolar, pelo intermédio do qual se pretendia obter eficiência, obediência e eficácia na instrução primária e secundária da Corte, foi instaurada.

O Regulamento das Escolas de Primeiras Letras, promulgada por Couto Ferraz, em 1854, no Município da Corte, é o foco do segundo capítulo, que tem o título de “A instrução reformada”. Como se trata de uma série, a documentação é analisada à luz de legislação similar, promulgada nas Províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro pelo mesmo reformador. O capítulo é iniciado com uma explicação a respeito da Legislação em voga: o que era e qual a sua funcionalidade. Toma esse documento como discurso, conforme entendido por Foucault (2006) e, dessa forma, procura desconstruí-lo enquanto uma espécie de monumento; apreende-o na sua superfície e o articula a agentes, saberes e instituições. Nesse caminho, sustenta haver possibilidade de perceber efeitos produzidos pelas normas nos campos onde estão inscritas. Portanto, tratar o documento como monumento, conforme nos alerta Le Goff (2013).

Em seguida, apresenta o lugar de fala de Couto Ferraz - bacharel, monarquista e conservador - e as especificidades motivadoras dessas reformas, que estariam envoltas em tensões entre modernidade e modelo moderno de escola. Nesse sentido, estabelece reflexões entre as três reformas educacionais, identifica aproximações e distanciamentos para poder entender qual o modelo de educação seria o desejável. Modelo, esse, articulado com ideais de modernidade que eram importados e, em muitos casos, adaptados à realidade nacional.

A partir dessas análises, o professor percebe encaminhamentos para um processo dito civilizatório, ou seja, a instrução como dispositivo utilizado a fim de ajudar no processo de modernização da nação que devia surgir nos trópicos. Sob essa perspectiva, percebe

aproximações com ideários internacionais. Esquematiza seu pensamento da seguinte forma: modernidade x modelo escolar era igual a reformas, que aconteciam sob pressupostos normativos. Nesse exercício reflexivo, o autor analisa e problematiza dez aspectos considerados importantes: “governo das escolas”, “sujeitos governáveis”, “extensão do governo”, “saberes disseminados”, “modos de ensinar”, “professores habilitados”, “poder estendido” ou “controle”, “casas de educação”, “tempo escolar” e a “escola imposta”.

Tema do terceiro capítulo, o “governo dos professores” foi segmentado em três momentos: formação científica, seleção eficaz e ofício regulado. No primeiro caso, o autor sustenta que, no período das suas análises, de forma abrangente, o professorado foi alvo de vasto programa de normatização e, sob esse aspecto, ele registra identificação, articulação e interlocução com ideais liberais estrangeiras, importadas e adaptadas à realidade nacional. Direcionando as lentes para a Corte imperial, especificamente à formação científica desses sujeitos, entende que a Escola Normal, criada no ano de 1874, formou professores a partir de dispositivos normativos, adestradores e controladores. Para sustentar essa hipótese, a análise é desenvolvida em algumas fases. Em primeiro lugar, recorre a análises da formação de professores primários entre os anos de 1854 e 1874. Identifica registros de normatização comportamental para o exercício do cargo. Segundo, aprecia o modelo de escolarizado dos professores e, nesse caminho, elege a criação da Escola Normal como foco de reflexão. Apoiando-se em outros autores, como Faria Filho (2000) e Martinez (1998), tutela que o período em questão não foi das trevas na história da educação; que essa instituição não foi uma tentativa isolada na busca por ideais de modernidade, pois, a partir de então, a formação do magistério passou a fazer parte das agendas ditas oficiais. Para mais, no período houve discussões a respeito da formação docente na atuação das escolas primárias, bem como as preocupações com a Escola Normal podem ser percebidas ainda nos anos de 1830, ou seja, décadas antes do seu surgimento. Em terceiro lugar, identifica especificações a respeito dos conhecimentos que seriam privilegiados na Escola, o funcionamento como modelo escolarizado a ser difundido na Corte, entre outros. Para tanto analisa o decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880 - responsável pela criação de uma Escola Normal primária no município da Corte - e apresenta suas especificidades.

No quesito “seleção eficaz”, a questão está em saber quem era o candidato ideal para exercer a profissão de professor na segunda metade dos Oitocentos. Para tanto, investiga quesitos, como perfil, grupo social a que pertencia, forma de escolha do candidato, entre outros. O ideal era que esse tivesse um modelo de virtude considerado irrepreensível, ou seja, quase um sacerdote ou missionário. Para entender essas e outras questões, o autor opta por investigar os processos de seleção do magistério público a partir do ano de 1855. Dentre algumas normas, o candidato passava por exame prévio ou de suficiência e prova de moralidade. A aprovação nesses quesitos possibilitava a passagem para a segunda fase, que era constituída de exame de capacidade profissional com provas escrita e oral. A despeito desses procedimentos, no entanto, o candidato podia ser “preferível”. Ou seja, ser o escolhido, caso o inspetor de plantão julgasse procedente.

Em “ofício regulado”, Gondra analisou as condições de aparecimento e funcionamento das “Conferências Pedagógicas” - cujo objetivo principal era promover discussões a respeito de assuntos relativos à instrução e ensino públicos - a fim de observar aspectos dos projetos e debates a respeito da Instrução Pública. Nessas, duas questões lhe chamaram atenção: a ação do governo imperial para impor formação continuada e a repercussão e reação do professorado frente a esse dispositivo disciplinar que, dentre outros fatores, intentava homogeneizar a classe docente, instaurar modelo de professor a partir de um código profissional que devia ser partilhado pelo conjunto da corporação, conhecer as práticas e perspectivas do corpo docente; por meio do que se estabelecia pelas normas, controlar as discussões e encaminhamentos nos limites do que o governo definia como “necessário e profícuo” (GONDRA, 2018, p. 76), utilizar o corpo docente para difusão do que era desejado por aqueles que se encontravam em pontos centrais e estratégicos do aparato escolar.

No entanto, houve distanciamento entre dispositivos e práticas. Diversos professores produziram resistências, tais como desmarcar ou não participarem de algumas reuniões, escreveram abaixo-assinados, cartas de justificativas, publicaram artigos em periódicos, realizaram protestos, além de escreverem manifesto ao Imperador e Ministro do Império, apontando discrepâncias nesses dispositivos disciplinares. Portanto, segundo Gondra, ao alterarem quadros do processo, interferiram no andamento das Conferências.

No quarto capítulo, “O governo das aulas”, o texto aponta para o fato da rarefação das fontes dificultar a percepção do cotidiano entre professores e alunos, bem como na reflexão a respeito das aulas em uma concepção mais rarefeita. Entretanto, a despeito dessa dificuldade, documentos referentes a programas, métodos e manuais destinados aos professores e alunos foram conquistados e analisados.

Após se debruçar sobre esses documentos, o professor sustenta a hipótese de que a aula estaria envolta em circunstâncias criativas, mas também de prescrição, instância de homogeneização, dispositivo de governo para atingir os frequentadores. Por seu turno, os livros seriam instrumentos para a concretização de projetos educacionais; utilizados como “guia” no ensino dos saberes. Para tanto, se pergunta: o que se pretendia dos alunos? Anota para a expressiva quantidade de livros no período e, nesse sentido, averigua como o livro poderia ser constituído, elaborado, mas a partir de um complexo jogo de poder-saber. Para tanto, segue para vistoriar os compêndios e suas camadas mais rasas, onde percebe nuances, como associação entre a construção do sistema educacional, livros e o controle da circulação dos mesmos; que os livros foram essenciais para concretização dos projetos educacionais em curso. Sua conclusão é a de que a análises dos seus conteúdos ajudam a compreender o modelo de aluno almejado para aquele tempo-espaço histórico.

O capítulo é finalizado com análises de dois livros: “Fábulas” de Justiniano José da Rocha, 1852, que foi utilizado em escolas primárias, e “Lições Morais e Religiosas” por José Rufino Rodrigues Vasconcelos, 1856. Compara os trabalhos e o lugar de fala dos autores.

Conclui que, em momentos diferentes, esses trabalhos serviram também como mecanismos disciplinares e, assim, intentaram inculcar normas de comportamentos desejáveis.

No quinto capítulo, “Um governo para si”, a partir das análises das cartas-manifesto, publicadas sob o título de manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte, de 1871, o professor se debruça nos documentos como fontes para a compreensão da produção das identidades de professores e como objetos capazes de deixar entrever demandas, repercussões e a conjuntura social e política da elaboração e divulgação dessas cartas. Para mais, pretende entender os movimentos de professores, especificamente quanto à escrita dessas cartas, como expressões organizadas de um código de escrita por parte dos seus articuladores. Para entender e definir o lugar de fala desses sujeitos, ele analisa o que chamou de prática calibrada da gramática e suas convenções.

O autor vai atrás de outros manifestos, ocorridos ao longo dos Oitocentos, e realiza articulação entre esses e as cartas. Nessa confluência, percebe que parte do professorado estabelece regras próprias para sua própria corporação, bem como para aspectos da vida profissional. Conclui, então, que esses professores intentaram também governar a si mesmos.

Suas anotações finais ratificam as relações não apenas verticais, mas também horizontais entre esses sujeitos e poderes. Embora presente, no entanto, o poder soberano não foi o responsável principal pelas anotações apresentadas. Antes, operou com porosidades e práticas antidisciplinares processadas pelas resistências. Poder como resultado de forças germinais e não terminais. Dessa forma, a unidade de forças propostas pelo Estado foi transferida para pluralidade e heterogeneidade das mesmas. São elas, portanto, que, inversamente, induziram a produção de verdades e constituição do Estado.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. *In*. LOPES, E.; VEIGA, C.; FARIA FILHO, L. M. de (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GONDRA, J. G. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.

MARTINEZ, A. F. Educar para instruir. A instrução pública na Corte Imperial (1870-1889). 1998. **Dissertação** (Tese) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema: a formação do estado imperial.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Apoio FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo Contato: jailton.oliveira@ufes.br

COMO CITAR ABNT:

OLIVEIRA, J. A. de. Forma escolar: uma máquina civilizatória. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-7, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8659698. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659698>. Acesso em: 1 jun. 2021.